POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA IVETE OLIVEIRA EM SERRINHA – BAHIA

Jeciene dos Santos Pereira
Felipe Rodrigues Bomfim
Uneb – Campus XI
Jeci.santos@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a questão do policiamento comunitário como estratégia organizacional. É um estudo desenvolvido com sustentação teórico-metodológica na abordagem quali-quantitativa a partir de uma pesquisa descritiva, tendo como dispositivo de coleta de dados questionários, que visam a saber a opinião dos componentes da Escola Ivete Oliveira, localizada em Serrinha-Ba, acerca da Polícia Militar Comunitária. O objetivo principal é analisar as estratégias de policiamento comunitário para melhorar a imagem da Polícia Militar e saber qual a percepção dos funcionários e estudantes da instituição de ensino sobre essas estratégias. O referencial teórico foi produzido à luz de estudiosos renomados na temática em questão. Nos resultados, verifica-se que a maioria dos componentes da Escola Ivete Oliveira compreende que a presença do policial no ambiente escolar visa a promover a interação entre polícia e comunidade.

Palavras-chave: Estratégia. Polícia. Escola. Comunidade.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade perpassa por diversos problemas relacionados à Segurança Pública. As ações violentas estão cada vez mais comuns e são constantemente divulgadas através dos meios de comunicação. Nas escolas, a violência se mostra de diversas formas e coloca em risco todos os componentes do processo educativo. Diante disso, a Polícia Militar, em parceria com outros órgãos públicos e a sociedade civil, desenvolve diversos programas e projetos, a fim de prevenir e combater a violência e outras adversidades.

O presente trabalho caracterizou-se como um estudo de caso de abordagem quali-quantitativa. Em relação aos meios de investigação, foi realizada uma revisão bibliográfica, bem como uma pesquisa através da aplicação de questionários aos integrantes da Escola Ivete Oliveira.

O policiamento Comunitário visa a auxiliar a comunidade escolar a prevenir e solucionar problemas de forma educativa. Contudo, muitos integrantes da escola Ivete Oliveira não sabem identificar as suas responsabilidades, transferindo-as para os agentes policias, acreditando que a polícia deve atuar de forma repressiva.

Diante dos fatos apresentados, temos o seguinte problema: Qual é a imagem que os alunos e professores da Escola Municipal Ivete Oliveira têm da Polícia Militar Comunitária?

No tocante a justificativa, ingressei na Polícia Militar da Bahia em 2008, em 2009 fui transferida da 27ª Companhia independente de Polícia Militar, Cruz das Almas – BA, onde me formei, para o 16º Batalhão de Polícia Militar, Serrinha – BA, passando a compor o efetivo da 2ª Companhia de Polícia Comunitária, uma subunidade voltada para programas e projetos sociais. Em razão disso, tive a oportunidade de trabalhar junto à comunidade, o que despertou o desejo de desenvolver pesquisas acerca da visão da sociedade sobre a Polícia Militar. Sendo assim, apresentamos as justificativas para este trabalho:

- Social: é necessário compreender que a presença do policial na escola deve propagar a noção de cidadania, incentivando a participação de todos nos problemas que atingem a comunidade escolar.
- Acadêmica: estimular a prática cidadã no seio da comunidade em que atua visando o compartilhamento das responsabilidades.
- Pessoal: o grau de conhecimento da comunidade escolar sobre suas responsabilidades e as incumbências da polícia ainda é pequeno. É preciso saber distinguir quais as obrigações de cada um para que juntos possam interagir a fim de prevenir e solucionar os problemas.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: inicia-se com a contextualização do 16º Batalhão de Polícia Militar e da Escola Ivete Oliveira, onde é feita uma descrição acerca da história do policiamento comunitário no mundo, sua chegada ao Brasil, à Bahia e em Serrinha, até ser aplicado na Escola objeto deste estudo. Em seguida, apresentamos a contextualização teórica, mostrando a visão de outros autores sobre o tema estudado: o Policiamento Comunitário Escolar. Logo após, temos a análise e tratamentos dos dados, no qual consta a explanação detalhada dos resultados obtidos através da pesquisa. E, por fim, as considerações finais.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as estratégias de policiamento comunitário para melhorar a imagem da Polícia Militar e a percepção dos funcionários e estudantes da Escola Ivete Oliveira sobre essas estratégias. Diante disso, temos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a visão dos integrantes da Escola Ivete Oliveira acerca do policiamento comunitário escolar;

- Examinar as atividades de policiamento comunitário desenvolvidas na Escola Ivete Oliveira;
- Avaliar os resultados obtidos.

Em síntese, as ações educativas não devem acontecer somente diante da ocorrência das infrações, como forma de combate, mas também de maneira preventiva, formando parcerias com organismos comunitários responsáveis pela formação social da comunidade, principalmente, as escolas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O policiamento comunitário mais antigo é o do Japão. O sistema de policiamento japonês é considerado o mais bem organizado do mundo, em razão de possuir grande participação popular e características de um Estado moderno.

> No mundo, o sistema de policiamento comunitário mais antigo e estabelecido de melhor forma é o japonês. Essa afirmação pode surpreender os japoneses, que, a partir de uma combinação da cultura tradicional com os ideais democráticos americanos, criaram seus sistemas imediatamente após a II Guerra Mundial, muito antes que o policiamento comunitário se tornasse popular (SKOLNICK E BARBIERI, 2006, p.52).

Os Estados Unidos passaram a trabalhar com o policiamento comunitário, quando, de acordo com Skolnick e Barbieri, um comissário da polícia de Nova Iorque pensou em:

> Incutir nas camadas rasas do policiamento uma percepção da importância social, da dignidade e do valor público do trabalho policial. Ele estava convencido de que um público esclarecido beneficiaria a polícia de duas maneiras: o público ganharia um respeito maior pelo trabalho policial se os cidadãos entendessem as complexidades, as dificuldades e o significado dos deveres do policial; e, através dessa compreensão, o público estaria disposto a promover recompensas pelo desempenho policial consciente e eficaz (SKOLNICK E BARBIERI, 2006, p.57).

O policiamento comunitário que está se desenvolvendo no Brasil se originou nos Estados Unidos, no Canadá e outros países democráticos, principalmente os de língua inglesa, nas décadas de 1970 e 1980.

No Estado da Bahia, inicialmente a Nota de Serviço nº 001 de abril de 1997 oficializou a implementação do Projeto de Polícia Cidadã - PPCid nos 5º e 8º batalhões da PMBA, como projeto piloto. Posteriormente, a Nota de Serviço nº 001 de 1999 regulou a implantação em todas as unidades operacionais[1].

---

[1] PMBA. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br>. Acesso em 06 abr. 2018.

Assim, o 16º BPM, então localizado em Salvador - Suburbana, quando teve sua transferência de sede e de área de responsabilidade para o município de Serrinha em 28 de maio de 2002, conforme Decreto nº 8.224, de 24 de abril de 2002, já possuía característica de polícia comunitária. No entanto, o policiamento comunitário passou a se destacar em Serrinha a partir de 2008, quando o então Tenente PM Agassiz Jorge Sampaio assumiu o comando da Segunda Companhia de Polícia Comunitária, sendo responsável por intensificar a ronda escolar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd e promover palestras e encontros com a comunidade.

Desde 2013, a referida Companhia de Polícia está sob o comando do Cap PM Luciano Araújo Lima, o qual implantou projetos como: ToPaPes (Todos Parceiros, Paz nas Escolas), que consiste em rondas e palestras para a comunidade escolar, direcionado a educadores, alunos, funcionários e pais; o Projeto Quartel de Portas Abertas, o qual permite que estudantes conheçam a rotina interna básica de um quartel; e o Projeto Um Caminhar para a Cidadania, que é semelhante ao Proerd, porém trata de diversos temas, e não apenas da questão das drogas e da violência (Fonte: Arquivo do 16º BPM).

Diante da importância das ações de policiamento comunitário, a PM aplica programas e projetos em diversas escolas, dentre elas a Escola Ivete Oliveira, a qual foi fundada no dia quatro de outubro de mil novecentos e setenta e cinco (04/10/1975) e teve sua criação legal através da portaria nº 6.274, publicada no Diário Oficial de 07/11/1975. A escola foi inaugurada na gestão do governador Roberto Santos, o nome Ivete Oliveira foi uma homenagem do Governador a sua Secretaria de Educação da época, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, motivado pelo fato de que a família da homenageada residia no município de Serrinha.

A Instituição de ensino funciona em sede própria, registrada na rede estadual, encontra-se situada na Rua Basílio Cordeiro, S/N, Bairro da Rodagem, Serrinha- Bahia, CEP 48.700-000, ministra o ensino fundamental regular do 6º ao 9º ano, ensino médio regular da 1ª a 3ª série e ensino de aceleração I, II e III, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Atualmente, conta com 32 professores e 603 alunos e está sob a direção da professora Joelma Damasceno (Fonte: Arquivo da Escola Ivete Oliveira).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O presente tópico destina-se a apresentar a visão de alguns teóricos sobre o tema proposto, com o objetivo de fundamentar a pesquisa e fazer um comparativo entre as diversas visões, ressaltando assuntos como polícia, comunidade e escolas.

3.1. POLÍCIA E COMUNIDADE

Atualmente, em razão das ações arbitrárias praticadas por alguns profissionais, muitos cidadãos ainda veem os policiais como na época da ditadura, quando o agente de segurança era um opressor a mando do Estado. Contudo, o policiamento comunitário busca trabalhar em parceria com a comunidade seguindo os preceitos da Constituição de 1988, a qual, em seu artigo 144, *caput*, afirma que: "Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos [...]" (BRASIL, 1988).

De todo modo, o referido artigo da Constituição Federal é bem claro ao dizer que todos são responsáveis pela segurança pública. Assim, os cidadãos devem ter consciência da sua responsabilidade pela segurança, agindo em parceria com a polícia, contribuindo para a prevenção de crimes e da violência.

A Constituição Federal de 1988 foi essencial para o surgimento de uma Polícia voltada para a proteção do povo. Diante disso, nasceu a Polícia Cidadã, uma Instituição em defesa da sociedade e não para combater o cidadão como acontecia durante a ditadura militar.

"O policiamento comunitário enfatiza o estabelecimento de parcerias de trabalho entre as polícias e as comunidades, para reduzir o crime e aumentar a segurança" (TONRY E MORRIS, 2003, p.115). Observa-se que, de acordo com os autores, a participação da comunidade é de fundamental importância para a obtenção de resultados mais efetivos no combate ao crime.

Assim, Brodeur (2002, p.39) concorda que:

> Teoricamente, o papel da comunidade é essencial para o policiamento comunitário, da maneira como ele foi concebido, e constitui o mais importante traço distintivo deste novo enfoque. No cerne deste novo modelo de policiamento está a ideia, apoiada empiricamente, de que a polícia não poderá ser bem-sucedida sozinha na luta contra o crime e deve contar com os recursos da comunidade para lidar de modo eficaz com os problemas do bairro (BRODEUR, 2002, p.39).

Os autores mostram que a Polícia Comunitária é uma forma de interatividade entre policiais e cidadãos, com o objetivo de solucionar os problemas sociais através da parceria en-

tre polícia e sociedade.

"O policiamento deve ser proativo, baseado na comunidade, e capaz de se adequar às mudanças que estão ocorrendo na sociedade nos últimos anos como: valores morais, tecnologia, desemprego e violência" (SCHNEIDER, 2011, p. 371). Assim, Schneider concorda com os primeiros teóricos, quando fala que o policiamento deve ser baseado na comunidade.

Esse autor afirma ainda que:

> Hoje, com a evolução dos meios de divulgação em massa noticiando a atividade policial, a imagem da polícia diante da mídia já é melhor que outrora em alguns locais, devido principalmente às atividades preventivas diretas como o entrosamento com a comunidade no intuito de melhorar a segurança; existem programas como PROERD, POSP e polícia comunitária, que são bem-vistos pela sociedade, porque todos trabalham em um campo até então pouco abrangido pela Polícia Militar, a prevenção (SCHNEIDER, 2011 p. 371).

Em comparação com a época da ditadura militar, quando a polícia era totalmente repressiva, a figura da polícia proativa já aparece em alguns locais, principalmente, em razão de programas que surgem como estratégias para melhorar a segurança.

Segundo Skolnick e Barbieri (2006), o Policiamento Comunitário utiliza-se da descentralização para ganhar a flexibilidade necessária para dar forma às estratégias policiais em certas áreas. Assim, os policiais comunitários não devem apenas executar atividades de radiopatrulha e atender as chamadas pelo rádio, devem também manter contato diário, direto e pessoal com os cidadãos a que servem em uma área bem definida de patrulhamento.

O Coronel Nazareno Marcineiro (2009) defende uma polícia que ao interagir com a comunidade, integrando-se com os vários setores da sociedade pode ser muito mais proativa do que reativa. Assim, o autor afirma que: "O desejo é que o policial seja pró-ativo, tomando iniciativas que removam as causas da violência, da desordem e do crime e promova melhoria na qualidade de vida" (MARCINEIRO, 2009, p. 134).

Portanto, para que o policial comunitário seja proativo, é necessário que ele disponha da autoridade necessária para resolver os problemas e gerar a almejada segurança.

Dessa forma, verifica-se uma concordância entre os autores no que tange a parceria entre polícia e comunidade. Admite-se a polícia comunitária como filosofia, uma vez que se trata de uma inovação na maneira de conceber e pensar a forma de agir da polícia, mas também, é uma estratégia organizacional, pois significa praticar o que é idealizado, a fim de concretizar a relação e o trabalho da polícia com os cidadãos.

3.2. A POLÍCIA NAS ESCOLAS

Há alguns anos, a Polícia Militar conseguiu interagir com as escolas através do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência) e transmitir aos alunos a mensagem sobre os problemas causados pelas drogas. "O programa surgiu nos Estados Unidos em 1983, na cidade de Los angeles, e foi expandido rapidamente para vários países do mundo, com simbologia e métodos uniformizados" (LIMA E NASSARO, 2011, p.83).

Em razão do crescimento do consumo de drogas e, consequentemente, da violência nas escolas, um trabalho de prevenção é de fundamental importância. "O ambiente escolar, parte importante da vida comunitária, deve ser um local seguro e tranquilo para pais, professores e principalmente os alunos" (SHNEIDER, 2011, p.222).

A escola tem a função de promover a formação ética e intelectual das novas gerações, conforme o artigo 205 da Constituição Federal. Além da responsabilidade de construir e transmitir o saber, a escola deve possibilitar aos cidadãos a capacidade de contribuir com a comunidade e de respeitar os direitos das demais pessoas. A Constituição Federal, em seu artigo 205, diz que:

> "Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Verifica-se, através deste artigo, que a educação não é responsabilidade apenas da escola, mas deve ser garantida pela família e a sociedade de forma geral.

O direito à educação também está previsto no artigo 53, da lei 8.060, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: "Art.53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes [...]" (BRASIL, 1990).

A educação, sem dúvida, constitui-se como direito fundamental e essencial ao indivíduo e diversos são os documentos que dão suporte a tal afirmação. Portanto, formar policiais voltados para a cidadania é uma maneira de respeitar e fortalecer esse direito.

3.3. ESTRATÉGIA

A estratégia é imprescindível para as organizações, pois a correta aplicação dos planos estratégicos permite o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Para trabalhar com o policiamento comunitário, o policial precisa estar atento às transformações que acontecem ao seu redor. "A ideia básica da estratégia é a aplicação dos pontos fortes contra os pontos fracos. Ou, se você preferir, aplicar os pontos fortes sobre as oportunidades mais promissoras" (RULMET, 2011, p.09).

De acordo com Chiavenato, "estratégia é a mobilização de todos os recursos da empresa no âmbito global visando atingir objetivos em longo prazo" (CHIAVENATO, 1987, p.445). Dessa forma, os administradores devem utilizar todos os recursos necessários para alcançar os objetivos da organização, levando-se em consideração os fatores que podem ocorrer ao longo do tempo.

Diante disso, observa-se que Maximiano (2000) está de acordo com Chiavenato quando define estratégia como a seleção dos meios, de qualquer natureza empregados para realizar objetivos.

O policiamento é de fundamental importância para a prevenção do crime, contudo, sozinho, não será capaz de atingir seus objetivos. É preciso traçar estratégias alternativas conforme as necessidades. Os teóricos concordam que a estratégia é essencial para que uma organização possa atingir os seus objetivos. Em um cenário de incertezas, principalmente quando se trata de segurança pública, é preciso definir e traçar os caminhos para se chegar às finalidades.

4. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi utilizado o método quali-quantitativo para coletar e tratar informações, a fim de analisar as estratégias de policiamento comunitário desenvolvidas na Escola Ivete Oliveira e a percepção dos integrantes da referida instituição de ensino sobre tais estratégias.

A elaboração deste projeto foi feita a partir de um questionário, contendo 9 questões de múltipla escolha, bem como uma pesquisa bibliográfica, que teve como foco o desejo do pesquisador em descobrir qual é a visão da direção, dos professores e alunos acerca da Polícia Militar Comunitária, para ter a possibilidade de perceber, analisar e avaliar fatos e fenômenos.

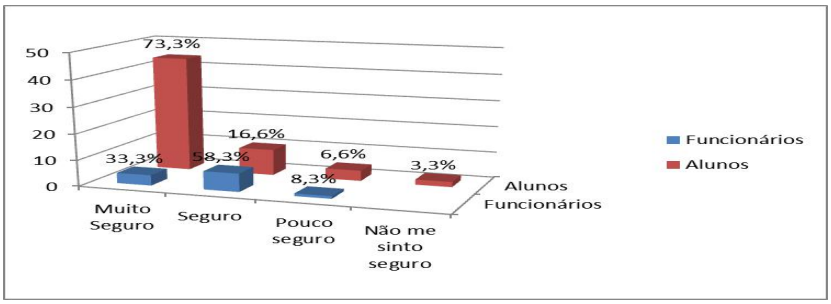
Assim, foi feita a coleta, análise e descrição dos dados fornecidos pelos colaboradores: a diretora, professora Joelma Damasceno, e outros 11 professores, 60 alunos, sendo 24 do 6º ano, turno vespertino, e 36 do 7º ano, turno matutino. Com exceção da questão 07, referente ao comportamento dos alunos, aplicada apenas aos funcionários, todos responderam as mesmas perguntas, entre os dias 08 e 25/05/2018.

5. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Serão apresentadas as análises dos dados da pesquisa realizada na Escola Ivete Oliveira, coletados através do questionário elaborado pelo pesquisador, com o intuito de analisar a visão dos integrantes da mencionada escola acerca do policiamento comunitário escolar, para, assim, examinar as atividades desenvolvidas pelo 16º Batalhão de Polícia Militar, avaliar os resultados e analisar as estratégias de policiamento para melhorar a imagem da corporação diante da Instituição Escolar alvo da pesquisa. Através dos dados coletados com o questionário, foi possível construir gráficos, os quais serão apresentados de acordo com a sequência das perguntas.

Dentre os questionamentos, pretendeu-se verificar qual é o grau de segurança que os integrantes da Escola Ivete Oliveira têm diante da presença da Polícia Militar no ambiente escolar. Os dados do gráfico 1 dão conta dessa realidade e, neles, nota-se que a grande maioria dos componentes da supramencionada instituição de ensino se sentem seguros, uma vez que 33,3% dos funcionários responderam que se sentem muito seguros, 58,3% afirmaram se sentirem seguros e apenas 1 funcionário, que corresponde a 8,3% dos colabores da pesquisa, respondeu que se sente pouco seguro. Nenhum funcionário respondeu que não se sente seguro. Quanto aos alunos, 73,3% responderam que se sentem muito seguros, 16,6% alegaram se sentirem seguros, enquanto 6,6% se sentem pouco seguros e 3,3% responderam que não se sentem seguros.

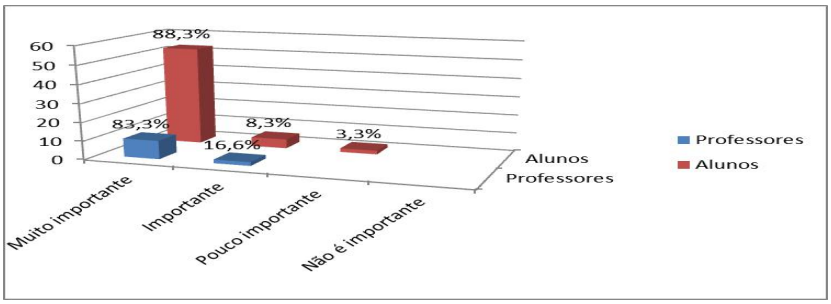
Gráfico 1: Grau de segurança dos componentes da Escola Ivete Oliveira



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Buscou-se saber, também, se os integrantes da Escola Ivete Oliveira acham que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – Proerd – realmente cumpre o seu objetivo. Assim, analisou-se o grau de importância do Proerd para os componentes da referida instituição de ensino, questionando-os se o programa é importante para combater as drogas e a violência no ambiente escolar. Observa-se, nos dados do gráfico 2, que 83,3% dos funcionários consideram o Proerd muito importante e 16,6% consideram importante, nenhum funcionário acha que o Proerd é pouco ou não é importante. Entre os alunos, 88,3% consideram muito importante, 8,3% consideram importante e 3,3% julgam que é pouco importante.

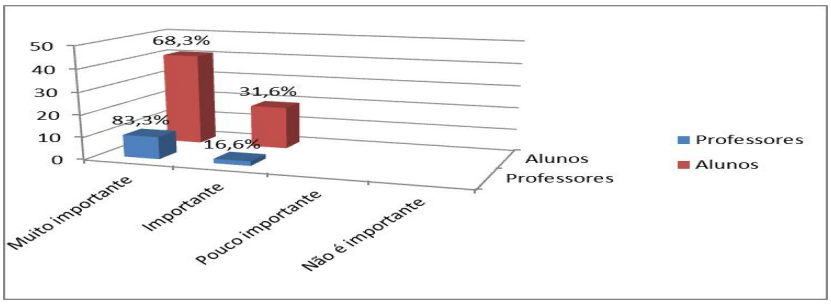
Gráfico 2: Importância do Proerd



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Outro ponto levantado no estudo foi a importância do projeto "Um Caminhar para a Cidadania" e nele obtivemos a informação, no gráfico 3, de que 83,3% dos funcionários consideram o referido projeto muito importante e 16,6%, importante. Em relação aos alunos, 68,3% dizem que é muito importante e 31,6%, importante.

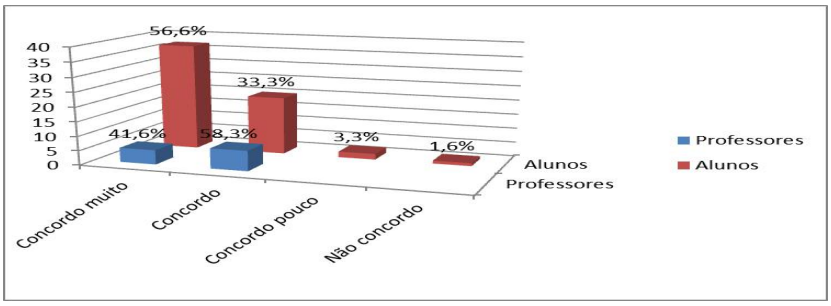
Gráfico 3: Importância do projeto "Um caminhar para a Cidadania"



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Outro quesito abordado na investigação foi a concordância do público alvo da pesquisa com a presença dos alunos em uma unidade da Polícia Militar. Indagados se concordam com o projeto "Quartel de Portas Abertas", através do qual os alunos visitam um quartel da PM, a maior parte dos componentes da Escola Ivete Oliveira está de acordo com as visitas, já que 41,6% dos funcionários responderam que concordam muito com o projeto, conforme os dados do gráfico 4, e 58,3% disseram que concordam. Em relação aos alunos, 56,6% afirmaram que concordam muito, 33,3% concordam, 3,3% concordam pouco e 1,6% não concordam.

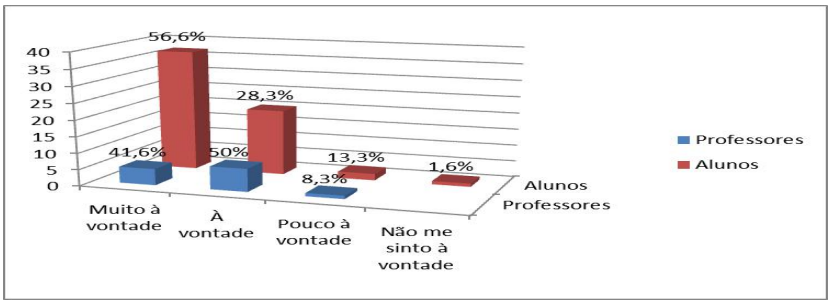
Gráfico 4: Concordância com o Projeto "Quartel de Portas Abertas"



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Outro ponto ressaltado na pesquisa, e sinalizado nas informações do gráfico 5, foi a comunicação entre os integrantes da Escola Ivete Oliveira e os policiais militares. Foi perguntado se os funcionários e os discentes se sentem à vontade para dialogar com os policiais. Dentre os funcionários, 41,6% responderam que se sentem muito à vontade, 50% responderam que se sentem à vontade e 8,3% afirmaram que se sentem pouco à vontade. Dentre os alunos, 56,6% disseram se sentirem muito à vontade, 28,3%, à vontade, 13,3%, pouco à vontade e 1,6% afirmaram não se sentir à vontade.

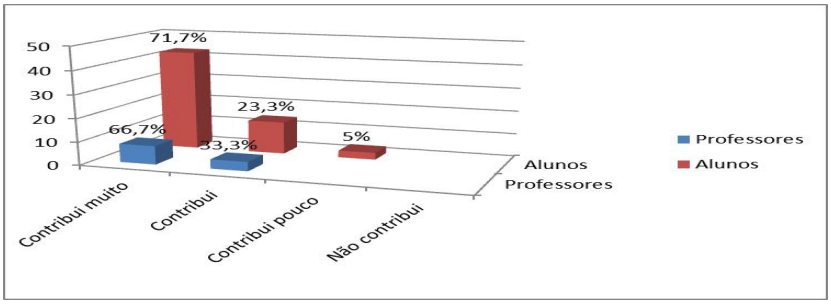
Gráfico 5: Como a comunidade escolar se sente ao dialogar com a PM



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Também foi levantada a questão da percepção dos funcionários e alunos acerca da parceria entre a polícia e a comunidade e a sua contribuição para manter a paz no ambiente escolar. Diante disso, as informações exibidas no gráfico 6, dão conta de que essa parceria contribui para um ambiente escolar harmônico. Assim, 66,7% dos funcionários responderam que contribui muito e 33,3% disseram que contribui. Quanto aos alunos, 71,7% acham que a parceria contribui muito, 23,3% acham que contribui e 5% alegam que contribui pouco.

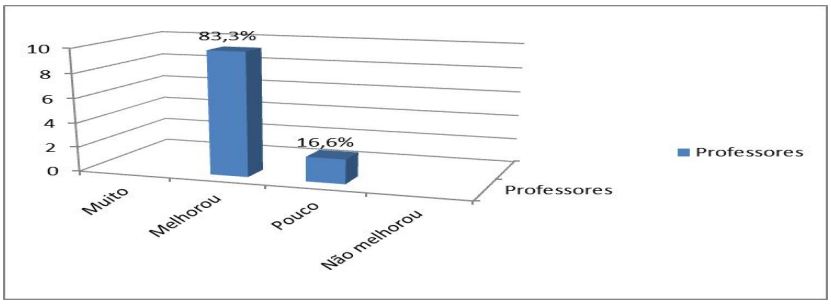
Gráfico 6: Parceria entre PM e comunidade para um ambiente escolar harmônico



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Outro ponto levantado no estudo foi a percepção dos funcionários em relação ao comportamento dos alunos após as ações de Polícia Comunitária na Escola Ivete Oliveira. Os dados do gráfico 7 evidenciam que todos perceberam que houve melhora. 83,3% responderam que o comportamento dos alunos melhorou e 16,6%, responderam que melhorou pouco.

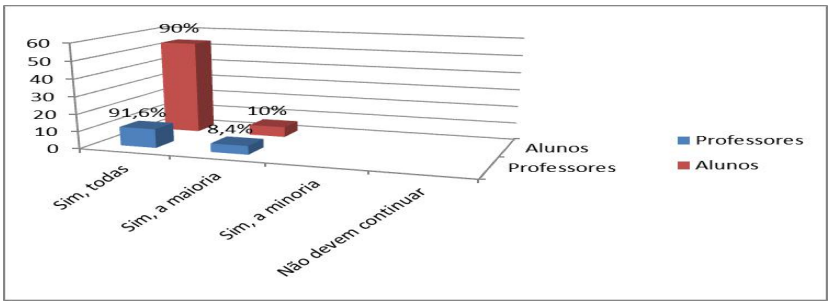
Gráfico 7: Avaliação do comportamento dos alunos



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Os colaboradores da pesquisa foram questionados, ainda, se as ações de Polícia Comunitária devem continuar. Como resposta, os dados do gráfico 8 sinalizam que 91,6% dos funcionários e 90% dos alunos concordaram que todas as ações devem continuar. 8,4% dos funcionários e 10% dos estudantes concordam que nem todas, mas a maioria das ações deve continuar.

Gráfico 8: Necessidade de permanência das ações de Polícia Comunitária



Fonte: Dados primários da pesquisa, 2018

Foi levantada, também, a questão da avaliação do Policiamento Comunitário Escolar. Percebe-se, assim, que, a pesar de alguns colaboradores da pesquisa não concordarem com alguma ação, o policiamento comunitário está sendo bem aceito, uma vez que 41,6% dos funcionários e 88,3% dos alunos o avaliaram como ótimo e 58,4% dos funcionários e 11,7% dos alunos como bom.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou analisar as estratégias de policiamento comunitário escolar aplicadas à escola Ivete Oliveira e a percepção dos funcionários e estudantes da mencionada escola sobre essas estratégias.

O policiamento comunitário visa a trabalhar em parceria com a comunidade, a fim de prevenir e solucionar problemas. Diante disso, observa-se que as ações de Polícia Comunitária na Escola Ivete Oliveira têm refletido de maneira positiva.

O estudo revelou que a imagem que a maior parte dos funcionários e alunos tem da PM Comunitária é de uma polícia que traz segurança, isso possibilita a aproximação dos estudantes e funcionários com os policiais militares, o que resulta em laços de confiança e parceria. Verifica-se que os programas e projetos estão sendo bem aceitos na instituição de ensino, uma vez que a maioria dos entrevistados concordou que todas as ações de polícia comunitária devem continuar. Apesar de uma pequena parcela afirmar não se sentir segura com a presença da polícia na escola, na visão dos funcionários, o comportamento dos alunos melhorou, e todos os entrevistados avaliaram o policiamento comunitário como ótimo ou bom.

Diante disso, cabe a necessidade de analisar os pontos negativos, buscando entender a razão pela qual a Polícia Militar Comunitária ainda não transmite segurança para alguns componentes da Escola Ivete Oliveira, pois o entrosamento entre os envolvidos no processo educativo é essencial para que o trabalho seja bem desenvolvido.

Em suma, observa-se que o policiamento comunitário se revelou eficiente como estratégia organizacional, uma vez que, através de programas e projetos desenvolvidos de forma educativa, possibilitou a aproximação entre os agentes de segurança e a comunidade escolar, melhorando a imagem da Polícia Militar e trazendo benefícios que vão refletir não apenas na escola Ivete Oliveira, mas também na sociedade.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http//www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituição.htm/>. Acesso em 28 mar 2018.

BRASIL. Lei 8.060, 12 de setembro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http//www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I8069.htm/>. Acesso em: 28 mar 2018.

BRODEUR, Jean Paul; Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. **Como Reconhecer Um Bom Policiamento:** problemas e temas. 1ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. 3ª ed, São Paulo: McGraw-Hill, Ltda, 1987.

ESCOLA IVETE OLIVEIRA. **Histórico da Escola Ivete Oliveira**. Serrinha, 2018.

PMBA. **Histórico da polícia comunitária no Brasil e na Bahia.** Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br> Acesso em 6 abr. 2018.

LIMA, Lincol de Oliveira; NASSARO, Adilson Luís Franco. **Estratégias de Policiamento Preventivo:** "Indiferença zero", uma boa experiência de polícia. 1ª ed. Assis/SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2011.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária:** construindo segurança nas comunidades. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RICHARD, Rumelt P. **Estratégia boa, estratégia ruim:** descubra suas diferenças e importância; Tradução de Leonardo Abramowicz. 1ª ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2011.

SKOLNICK, Jerome H.; BARBIERI, David H; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. **Policiamento Comunitário:** Questões e Práticas através do Mundo. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Série Polícia e Sociedade, n.6/Organização: Nanci Cardia)

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. **Abordagens Atuais em Segurança Pública**. 1ª edição. Porto Alegre: EDPUCRS, 2011.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval (orgs.); tradução Jacy Cardia Ghirotti. **Policiamento Moderno**. 1ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2003.

16º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR. **Histórico do 16º BPM**. Serrinha, 2018.